

PINGA-FOGO

■ **SUJEIRA NO LIXO** - Uma mudança considerada suspeita e curiosa marcou a licitação milionária da Prefeitura de São Francisco de Itabapoana para os serviços de limpeza urbana. O primeiro edital, publicado em fevereiro, previa a contratação pelo valor de R\$ 9,8 milhões. Poucos dias depois, o certame foi suspenso sob a justificativa de “adequações técnicas”.

■ Quando o novo edital veio a público, o valor estimado saltou para R\$ 14,4 milhões — um aumento de 47% — e trouxe uma série de novas exigências que restringem a participação de empresas. Entre elas, a inclusão do requisito de atestado para trituração de entulho (RCC), um serviço acessório que pouco se relaciona com a atividade-fim da contratação, mas que, na prática, apenas uma empresa da região tem condições de comprovar.

■ Além disso, foi mantida a proibição de consórcios, medida que já foi rechaçada em decisões anteriores do Tribunal de Contas e da Justiça em licitações de municípios fluminenses por reduzir a competitividade. Também foram ampliadas as exigências de qualificação técnica, como tempo mínimo de experiência e necessidade de certidões específicas junto a órgãos ambientais.

■ Essas alterações reforçaram a suspeita de que a concorrência estaria direcionada ao grupo União Norte Fluminense, que historicamente detém contratos semelhantes em cidades da região e já possui atestados de trituração de RCC.

■ **HISTÓRICO E IRREGULARIDADES** - O grupo União Norte e empresas coligadas acumulam um histórico de denúncias de superfaturamento, direcionamento e corrupção em diversos municípios fluminenses: Macaé – Contratos de limpeza urbana firmados com a União Norte foram alvo de apontamentos por superfaturamento milionário, com sobrepreços identificados em auditorias do Tribunal de Contas; Quissamã – Em 2017, o TCE-RJ apontou sobrepreço de 666,57% em contrato firmado com a União Norte, classificando o valor como desproporcional e lesivo ao erário; Conceição de Macabu (2025) – A prefeitura lançou edital de limpeza urbana com exigências semelhantes às agora vistas em São Francisco de Itabapoana: vedação de consórcios, atestados de difícil obtenção e cláusulas restritivas. O Tribunal de Contas interveio, determinando ajustes por considerar que o certame restringia a concorrência e poderia estar direcionado; Operação Calicute – O executivo Marcos Andrade, irmão de Rafael Andrade (atual administrador da União Norte), firmou acordo de delação premiada em que revelou o pagamento de propina a conselheiros do TCE-RJ para facilitar contratos públicos de empresas ligadas ao grupo.

■ Esse conjunto de fatos reforça o padrão de atuação: elevação dos valores licitados, exigências técnicas restritivas e vínculos com práticas investigadas por corrupção.

■ **DENÚNCIA AO MP E AO TCE** - No caso específico de São Francisco de Itabapoana, uma denúncia já foi protocolada junto ao Ministério Público e ao TCE-RJ, relatando as alterações do edital, o aumento expressivo de quase 50% no valor e a inclusão de cláusulas restritivas que favorecem diretamente a União Norte.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Presidente da Fecomércio RJ se reúne com futura secretária geral da ONU Turismo

Shaikha Nasser Al Nowais prometeu investir no setor e ajudar na capacitação da mão de obra

O presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, reuniu-se nesta segunda-feira, 22 de setembro, com a futura secretária geral da ONU Turismo, Shaikha Nasser Al Nowais, na Cápsula Senac RJ, no Centro do Rio. Ela assumirá o cargo em 1º de janeiro de 2026. No encontro, parte de uma visita de cortesia da secretária, os dois conversaram sobre as estratégias e fortalecimento de parcerias que impulsionem o turismo no estado do Rio de Janeiro.

“Gostaríamos do apoio da ONU Turismo para nos indicar os hábitos e cultura dos turistas que nos visitam e poder recebê-los de forma adequada. Essa ajuda de conteúdo da ONU será extremamente preciosa para nós”, disse o presidente Antonio Florencio de Queiroz Junior.

A futura secretária geral da ONU



Reunião aconteceu na Cápsula Senac RJ, no Centro do Rio

Turismo garantiu que o órgão será um aliado da Fecomércio RJ e prometeu ajudar na capacitação da mão de obra e na montagem de hotéis-escola pelo estado.

“Me identifico muito com a capacitação de mão de obra. Esse é um dos pilares do meu trabalho, além da sustentabilidade. Nossa ideia à frente da ONU Turismo é impulsionar os inves-

timentos do setor no Brasil”, afirmou Shaikha Nasser Al Nowais.

A Fecomércio RJ tem sido uma grande incentivadora do turismo no estado, e foi uma das responsáveis pela instalação do primeiro escritório da ONU Turismo na América Latina e Caribe, localizado no Centro do Rio. Membro afiliado da ONU Turismo desde junho de 2024, a

federação tem trabalhado para integrar o Rio de Janeiro nas principais discussões sobre turismo.

Participaram do encontro o diretor do escritório da ONU Turismo, Heitor Khadri, o consultor da Presidência da Fecomércio, Otavio Leite, e a Diretora da Fecomércio RJ, Adriana Homem de Carvalho.



O presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior com a futura secretária geral da ONU Turismo, Shaikha Nasser Al Nowais

Alerj concede Medalha Tiradentes a Heloisa Aguiar

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou nesta semana a concessão Medalha Tiradentes para a secretária estadual da Mulher, Heloisa Aguiar. A iniciativa partiu do deputado Vinicius Cozzolino (União Brasil), que ressaltou a contribuição da gestora para a consolidação de políticas públicas voltadas às mulheres fluminenses.

À frente da primeira secretaria dedicada exclusivamente às pautas femininas no estado, criada em 2023, Heloisa acumula experiência no terceiro setor e na administração pública. Foi presidente do RioSolidario, onde liderou projetos de acolhimento social, entre eles o Lar da Mulher, abrigo sigiloso

para vítimas de violência doméstica. Com formação em Direito, especialização em Responsabilidade Social e mestranda em Comunicação Digital e Cultura de

Dados pela FGV, também soma mais de dez anos de atuação no setor acadêmico.

Em dois anos e meio, Heloisa Aguiar implementou programas como o “Protocolo Não e Não! Respeite a decisão”, com treinamento por meio de plataforma digital; Observatório do Feminicídio; Nós+Seguras, de prevenção à violência contra meninas e mulheres nas escolas estaduais; SerH, que atua com homens agressores em presé-



Secretária estadual da Mulher do RJ, Heloisa Aguiar

dios; Capacit Mulher, de qualificação de gestoras municipais; Empreenda+Mulher; Conselho Estadual de Empreendedorismo Feminino; Selo Empresa Amiga da Mulher e duas unidades voltadas exclusivamente à autonomia econômica da mulher.

Emocionada com a homenagem, Heloisa destacou: “Recebo essa medalha como um reconhecimento coletivo: ela simboliza a luta diária de tantas mulheres que abriram caminhos e seguem resistindo. Nosso trabalho é garantir que nenhuma mulher fique sem apoio, voz e proteção no Rio de Janeiro”.

Não é a primeira vez que Heloisa é homenageada pela Alerj. Em 2025, ela já havia sido agraciada com o Diploma Mulher Cidadã Leolinda de Figueiredo Dalto.

■ **PRINCÍPIOS VIOLADOS** - Especialistas em direito público destacam que, ao moldar um edital sob medida para uma única empresa, a Prefeitura pode ter violado princípios constitucionais como a isonomia, a impessoalidade e a ampla competitividade, previstos na Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

■ **Enquanto o processo segue em análise, cresce a pressão para que os órgãos de controle apurem se a licitação da limpeza urbana em São Francisco de Itabapoana representa apenas mais um episódio em uma longa série de práticas que beneficiam o grupo União Norte, em prejuízo da concorrência e, sobretudo, dos cofres públicos.**

■ **ROYALTIES NA PAUTA** - Aprovado na Comissão de Finanças e Tributação no último dia 27 de agosto, o PL nº

4.504/2023 segue para a CCJ da Câmara. De autoria dos deputados Dimas Gadelha (PT-RJ) e Washington Quaquá (PT-RJ), a proposta permite que os municípios que recebem royalties pela exploração de óleo e gás possam destinar parte dos recursos para um fundo de auxílio às cidades vizinhas, os chamados “municípios confrontantes”. O objetivo é promover “desenvolvimento regional equilibrado”. A gestão do fundo ficaria a cargo de um comitê formado por representantes tanto dos municípios produtores quanto dos beneficiados.

■ **IMPACTO NOS ESTADOS** - No Rio de Janeiro, o número de cidades beneficiadas saltaria de 17 para 70, passando a incluir municípios como São Gonçalo, Guapimirim e Magé, que hoje não recebem royalties, apesar de sentirem o impacto da produção na Ba-

cia de Campos. Em São Paulo, o impacto seria similar, com estimativa de benefício a 70 municípios, incluindo os vizinhos de Ilhabela e São Sebastião (envolvidas na produção offshore na Bacia de Santos), Araçatuba (produção onshore da Bacia do Paraná), Paulínia e Cubatão (que possuem instalações críticas da Petrobras).

■ **‘NÃO É UMA ILHA’** - “O desenvolvimento não é uma ilha. Por mais rico que seja em royalties, nenhum município se desenvolve sozinho se estiver cercado por um mar de carências. As estradas que escoam a produção, os trabalhadores que moram nas cidades vizinhas, a infraestrutura que sustenta a operação, o impacto no meio ambiente, tudo isso está espalhado pela região, não confinado dentro de um único município. Nossa proposta é um

convite à cooperação. Estendemos a mão para que os produtores possam, voluntariamente, ser agentes do desenvolvimento regional integrado e equilibrado”, defende o deputado Dimas Gadelha.

■ **“Niterói está disposta a contribuir com esse fundo – desde que tudo esteja dentro da legalidade, com transparência e respeito às leis federais e ao marco regulatório do setor petrolífero. Niterói e São Gonçalo são cidades irmãs”, postou recentemente no X, sobre o projeto, o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves (PDT).**

■ **PRÓXIMOS PASSOS** - O PL segue agora para a análise conclusiva na CCJ, na qual será avaliada sua constitucionalidade. Se aprovada, a proposta precisará passar pelo plenário do Senado Federal para se tornar lei.

Fernando Molica

O drible a mais dos deputados

Quando impuseram a PEC da Impunidade e a urgência da anistia, o PL e o Centrão cometeram um erro típico dos arrogantes, o de abusarem do próprio poder. Unidos, os dois grupos têm folgada maioria na Câmara, o problema foi achar que dava para, de impunemente, uma das mãos sujar a outra.

Confundiram predominância com domínio absoluto e abusaram, deram um drible a mais, despertaram parcela significativa da opinião pública, estimularam grandes manifestações e correm o risco de acumularem derrotas.

Na origem do erro está a ânsia em salvar Jair Bolsonaro e deputados enrolados na Justiça com investigações ligadas a emendas parlamentares. No sufoco, suas excelências se lambuzaram ao buscarem o melado da impunidade.

Números do Datafolha mostram que o apoio a uma anistia aos que atuaram no 8 de Janeiro, que sempre foi minoritário, ficou ainda menor a partir da percepção de que o objetivo era impedir a ida do ex-presidente para a cadeia, não soltar a moça do batom ou as velhinhas convidadas da festa de arromba-democracia da tal da Selma. A articulação contra o Brasil promovida nos Estados Unidos pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) evidenciou ainda mais a intenção da campanha.

A lógica era simples: o PL ajudaria a aprovar a blindagem (que também seria útil para afastar futuros processos contra seus parlamentares) e o Centrão carimbaria a anistia. Um acordão que contou com a cumplicidade do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB),

que precisava pagar a dívida contraída ao negociar o direito de se sentar na própria cadeira.

A pressa com que as propostas foram submetidas à votação mostrou o tamanho da desfaçatez, a redação final do projeto que facilita o cometimento de quaisquer crimes por parlamentares só foi apresentada poucas horas antes de sua votação.

A Presidência da Casa ainda aprovava manobra que instituiu um inédito terceiro turno de votação para devolver à proposta de emenda constitucional o voto secreto de parlamentares na avaliação de prisões em flagrante de colegas.

No dia seguinte, Motta colocou em votação a urgência de um projeto boi de piranha para anistiar responsáveis pela tentativa de golpe — a proposta do

deputado Marcelo Crivella (Republicanos-PB) servia apenas para permitir que o tema chegasse ao plenário.

O Centrão retribuiu o carinho dispensado pelo PL na véspera, e votou a favor. Na pior das hipóteses, garantiria a possibilidade de, nos dias seguintes, apresentar uma fatura pesada ao Planalto para derrotar o perdão aos golpistas.

Mas faltou combinar com brasileiros, que não se conformaram com a cara de pau de parlamentares de arrumarem um jeito de escaparem da Justiça: seria necessária aprovação da Câmara ou do Senado até para que fossem processados por crimes como homicídio, estupro e tráfico e, claro, desvio de dinheiro público.

A possibilidade de impor uma anistia a condenados pela tentativa de instauração de uma nova ditadura no país tam-

bém pegou mal, o suficiente para armar as almas de cidadãos que miraram na cara do sossego e não quiseram ficar sentados em casa no domingo passado.

Integrantes do PL e do Centrão parecem ter esquecido ditados populares (aquele que trata das consequências de se dirigir com muita sede ao pote) e de fábulas infantis (como a que fala em matar a galinha dos ovos de ouro).

A emenda que tenta garantir impunidade a parlamentares deve ir pro ralo; a anistia virou dúvida para o jogo. Até mesmo a proposta de uma redução de penas para golpistas subiu no telhado. Vale lembrar que o porque o benefício que aliviará Jair também serviria para, por exemplo, diminuir ou impedir punições para integrantes de outras quadras armadas.